



III Ciclo de Conferências da
Defensoria Pública
do Estado de São Paulo

Caderno de **PROPOSTAS**





DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Defensora Pública-Geral do Estado:

DANIELA SOLLBERGER
CEMBRANELLI

Ouvidora Pública-Geral do Estado:

LUCIANA ZAFFALON



III Ciclo de Conferências da
Defensoria Pública
do Estado de São Paulo

COMISSÃO ORGANIZADORA ESTADUAL Comissão Permanente de Monitoramento das Propostas das Conferências: Daniela Sollberger Cembranelli (Defensora Pública-Geral do Estado de São Paulo), Davi Eduardo Depiné Filho (Primeiro Subdefensor Público-Geral), Denise Nakano Veronezi (Segunda Subdefensora Pública-Geral), Luis Cesar Rossi Francisco (Terceiro Subdefensor Público-Geral), Luciana Zaffalon Leme Cardoso (Ouvidora-Geral da Defensoria Pública do Estado), Anaí Arantes Rodrigues, Carlos Weis, Diego Vale Medeiros, Wladimir Alves Bitencourt, Horácio Xavier Franco Neto, Máira Coraci Diniz, Carmen Sílvia de Moraes Barros, Thaís Helena Costa Nader, Pedro Gibert (Coordenadores dos Núcleos Especializados), Elaine Moraes Ruas Souza (Diretora da Escola da Defensoria Pública do Estado), Bruno Diaz Napolitano (Representante do Conselho Superior da Defensoria Pública), Michael Mary Nolan e Renato Sérgio de Lima (Representantes da sociedade civil)

Subcomissão de Relatoria: Ana Carvalho Ferreira Bueno de Moraes, Denis Carlos de Paula Arteaga, Luciana Zaffalon Leme Cardoso, Luiza Aparecida de Barros, Patrick Lemos Cacicedo, Paulo Keishi Ichimura Kohara, Rosier Batista Custódio e Tatiana Whately de Moura

Projeto Gráfico e Diagramação: Renata Barboza Carvalho (CCSAI)

Produção e revisão: 1ª Subdefensoria Pública-Geral

CADERNO DE PROPOSTAS

Sumário

05 APRESENTAÇÃO

06 PROPOSTAS

06 _____ Cidadania e Direitos Humanos e Meio Ambiente

10 _____ Combate à Discriminação, Racismo e Preconceito

13 _____ Direitos do Consumidor

14 _____ Direitos do Idoso e da Pessoa com Deficiência

18 _____ Habitação, Urbanismo e Conflitos Agrários

22 _____ Infância e Juventude

26 _____ Política Institucional e Educação em Direitos

28 _____ Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher

32 _____ Situação Carcerária

35 _____ Moções



Apresentação

ESTE CADERNO DE PROPOSTAS É O RESULTADO DA COMPILAÇÃO DE TODAS AS PROPOSTAS APROVADAS nas 22 Pré-Conferências Regionais do III Ciclo de Conferências da Defensoria Pública do Estado de São Paulo e será utilizado nos Grupos de Trabalho durante a Conferência Estadual.

Nesta etapa final do III Ciclo de Conferências da Defensoria Pública, os participantes não poderão apresentar novas propostas, mas somente ajustar ou aglutinar as propostas já aprovadas regionalmente.

Desta forma, este Caderno é o principal instrumento de trabalho da Conferência Estadual. Por esta razão o material foi organizado de maneira que pudesse facilitar a dinâmica dos Grupos, conforme os critérios abaixo indicados:

- O material foi organizado por eixo temático;
- Ao lado de cada proposta o leitor pode identificar a Pré-Conferência onde ela foi aprovada;
- Os textos originais foram preservados;
- As propostas iguais foram aglutinadas e na coluna de origem da proposta há a indicação de todas as Pré-Conferências onde elas foram aprovadas;
- As propostas similares foram inseridas uma abaixo da outra, com o objetivo de facilitar eventuais junções e ajustes nos Grupos de Trabalho;
- Todas as indicações de cidades e regiões foram retiradas dos textos, atribuindo uma amplitude estadual nas propostas, com exceção daquelas que se referem a uma especificidade que não pode ser atribuída a todo o Estado.

Ao final do Caderno estão inseridas as moções aprovadas nas Pré-Conferências. As moções foram classificadas como específicas ou gerais. As específicas foram acolhidas como resultado da respectiva Pré-Conferência onde foram aprovadas. As moções gerais serão apreciadas na Plenária Final da Conferência Estadual.

Ao contrário das propostas, podem ser apresentadas na Plenária da Conferência Estadual. Para tanto, as novas moções precisam ser aprovadas nos Grupos de Trabalho ou conter assinatura de 5% dos Delegados e Delegadas presentes na Conferência (artigo 24 da Deliberação n. 36 do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Estas moções devem ser encaminhadas em formulário próprio que estará à disposição dos participantes no dia da Conferência.

Bom trabalho a todas e todos!

**COMISSÃO ORGANIZADORA ESTADUAL
E SUBCOMISSÃO DE RELATORIA**



Cidadania, Direitos Humanos e Meio Ambiente

PROPOSTAS	ORIGEM
Atuação prioritária da Defensoria Pública nos casos de violência policial, com amplo apoio institucional às vítimas e seus familiares.	Santos
Atuação mais articulada na repressão de toda forma de violência policial, com o objetivo de evitar violações à dignidade humana, bem como apurar e responsabilizar a conduta de agentes policiais que cometeram abusos e ilegalidades em detrimento dos direitos fundamentais do cidadão.	Norte-Oeste
Atuação da Defensoria Pública para o fornecimento de transporte e alimentação aos egressos pelo Estado, até o destino de origem.	São José do Rio Preto
Atuação da Defensoria Pública para melhoria do transporte público municipal, com o aumento do número de ônibus nas linhas.	Jundiaí
Fortalecer a defesa e assistência jurídica dos professores, conselheiros tutelares e demais integrantes do sistema de proteção.	ABCD
Não privatização das políticas públicas sociais.	Campinas
3 (três) Defensores Públicos para atuar na tutela coletiva dos direitos sociais.	Vale do Ribeira
Abertura de canais mais frequentes de diálogo entre a população civil e a Defensoria Pública, para que se possa estabelecer de maneira mais efetiva as diretrizes de atuação do órgão.	Norte-Oeste
Fortalecimento do número de Defensores no Estado de São Paulo.	Marília
Revisão para ampliação dos critérios de atendimento da Defensoria Pública.	Presidente Prudente
Intensificar a atuação da Defensoria Pública dentro das comunidades como instrumento de efetivação dos direitos sociais.	Leste
Viabilizar a divulgação midiática das atribuições da Defensoria Pública e das funções devolvidas pelos Defensores Públicos.	Ribeirão Preto
Extensão do atendimento móvel da Defensoria Pública nas pequenas cidades e bairros distantes dentro das regionais, com mutirões de atendimentos.	Presidente Prudente
Aproximar o Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos de outros grupos vulneráveis (moradores de ruas, catadores de material reciclável, população removida de maneira forçada), atuando especificamente contra a instalação de incineradores de lixo e na redução de danos sociais das famílias removidas pelas realizações de obras públicas de grande vulto.	ABCD

Cidadania, Direitos Humanos e Meio Ambiente

PROPOSTAS	ORIGEM
Atuação conjunta com outros órgãos administrativos e governamentais que visem fortalecer a rede de atendimento ao migrante residente no país, especialmente aquele em situação irregular, no que tange ao acesso aos serviços sociais em geral, tais como o sistema de saúde, justiça, educação, habitação, obtenção de documentos, entre outros.	Norte-Oeste
Instalação e ampliação da rede de Centros de Atenção Psicossocial - CAPS.	Sul
Atuar na fiscalização da política de assistência social, para que os municípios realmente efetivem, por intermédio dessa política, os direitos às famílias em situação de vulnerabilidade e risco social e pessoal.	Araçatuba
Verificar os serviços municipais existentes para atendimento da população em situação de rua e promover seus direitos.	Araçatuba
Atuação da Defensoria Pública na educação em direitos para integração das redes destinadas ao atendimento da população de rua.	Central
Atendimento jurídico pelos Defensores Públicos às pessoas em situação de rua.	Presidente Prudente
Atuar na garantia da humanização do atendimento da população em situação de rua por parte da rede pública de saúde (SUS).	São Carlos
Busca de implementação de políticas públicas que visem à prestação de serviços públicos adequados, personalizados e humanizados, com a ampliação dos serviços à comunidade, facilitação de obtenção de documentos pessoais e atuação conjunta e articulada com os demais órgãos públicos.	Norte-Oeste
Comunicação às Corregedorias dos Tribunais e ao Conselho Nacional de Justiça quanto ao descumprimento do dever de fornecimento de certidões gratuitas aos necessitados pelos cartórios extrajudiciais.	Guarulhos
Atuação da Defensoria Pública para preservação dos direitos dos idosos, tendo em vista a omissão das famílias e a precariedade dos equipamentos e serviços sociais respectivos (casa-lar, repúblicas, centros de convivência etc).	Araçatuba
Participação da Defensoria nas Conferências de Saúde, independentemente de assento ou mesmo de convite formal.	Ribeirão Preto
Atuação da Defensoria Pública junto aos Conselhos Municipais para orientação do usuário na obtenção de medicamentos e educação em direitos na área da saúde, bem como a criação de um Núcleo Especializado.	São José do Rio Preto
Firmar compromisso da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, no sentido de disponibilizar materiais legislativo e doutrinário, referente ao direito humano à alimentação, conforme Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), haja vista o grande aumento da obesidade na população brasileira e a ausência de uma alimentação adequada.	Osasco



PROPOSTAS	ORIGEM
Atuação da Defensoria Pública para a implementação do Direito à Saúde, com a construção de novos hospitais, com profissionais e vagas suficientes para atender a demanda.	Jundiaí
Tomar as medidas necessárias para obrigar os municípios a dar publicidade às filas de espera do Sistema Único de Saúde - SUS, para cirurgias, consultas e demais procedimentos e a implementar políticas públicas de saúde efetivas, com a realização de audiências públicas nas Regionais da Defensoria.	São José dos Campos
Levantamento, organização e regularização, pelo Estado, das Instituições dirigidas ao tratamento de dependência química, bem como a divulgação de toda a rede social na região.	Taubaté
Acompanhamento jurídico permanente de pessoas internadas em estabelecimentos de tratamento de dependência química.	Taubaté
Atuação da Defensoria Pública em âmbito individual e coletivo para garantir atendimento dos usuários de álcool e outras drogas nos equipamentos de saúde, como preconiza o Sistema Único de Saúde, e nos casos de indicação médica, o oferecimento de leitos hospitalares na própria cidade do usuário.	Bauru
Fomentar a discussão e estimular o desenvolvimento de políticas mais sensíveis e articuladas para o atendimento das famílias de drogaditos, especialmente daqueles que se recusam a se submeter a tratamento e internação, evitando-se, por outro lado, uma ingerência indevida em sua dignidade pessoal.	Norte-Oeste
A atuação da Defensoria Pública visando à implementação de serviço municipal voltado ao atendimento preventivo, curativo e continuado do usuário de drogas e de sua família, em número suficiente.	Jundiaí
Exigir do Poder Público a expansão do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS-AD) e a criação de clínicas públicas para o tratamento de dependentes de drogas.	Mogi das Cruzes
Ação Civil Pública para efetivação e criação de equipamentos públicos para dependentes de substância psicoativa, população em situação de rua e população cigana, incluindo atendimento intersetorial.	Campinas
Buscar parceria com o Núcleo do Idoso e da Pessoa com Deficiência, a extinção dos Hospitais Psiquiátricos - Manicômios, e a implementação simultânea dos serviços da rede substitutiva, tais como: Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, Residências Terapêuticas - RTs e Centros de Convivência -CECOs.	Sorocaba
Buscar a implantação de atendimento especializado para a mulher vítima de violência nos hospitais da região, com disponibilização de medicamentos indicados para o caso de violência sexual e médicos capacitados para elaboração de laudos que possam substituir os do Instituto Médico Legal - IML.	Santos
Criação do Núcleo Especializado de Educação da Defensoria Pública.	Guarulhos
Ampliar a divulgação das atividades da Defensoria Pública, principalmente nas escolas.	Marília
Educação em direitos humanos nas escolas, periodicamente, visando principalmente a garantia dos direitos da criança e do adolescente.	Mogi das Cruzes

Cidadania, Direitos Humanos e Meio Ambiente

PROPOSTAS	ORIGEM
Atuar na implementação de política pública de educação no trânsito, inclusive com realização de audiência pública.	São Carlos
A Defensoria Pública participar de forma mais ativa, visando à integração da Universidade, da Política Comunitária e da Comunidade, na Educação de Direitos de forma continuada.	Marília
Exigir a implementação da Lei de Diretrizes e Bases, com especial ênfase nas normas de democratização das relações de poder em âmbito escolar, bem como o cumprimento da Lei Federal 10.639/2003, que tem por fim implementar a promoção das culturas afro-descendentes e indígenas.	Ribeirão Preto
Promover maior integração entre a Sociedade Civil Organizada e a Defensoria Pública, mediante a realização de palestras, convênios e o fortalecimento do curso de Defensores Populares, tornando-o permanente, com um curso para cada cidade.	ABCD
Criar um canal de comunicação com o Governo nas esferas Municipal, Estadual e Federal, a fim de que seja inserido nos livros didáticos o tema da coleta seletiva de resíduos sólidos, bem como implementados, em todos os órgãos públicos e sociedades empresariais privadas, equipamentos de dispensa seletiva dos resíduos sólidos, além de utilização de materiais recicláveis nos órgãos públicos.	Osasco
Criar um Núcleo Especializado de proteção do Meio Ambiente.	ABCD
Atuação da Defensoria Pública na política de educação em direitos na área do meio ambiente, bem como a atuação perante o Congresso Nacional para manutenção dos direitos conquistados pela legislação vigente.	São José do Rio Preto
Acompanhamento pela Defensoria Pública no Conselho Municipal do Meio Ambiente.	Taubaté
Intensificar a atuação da Instituição na exigência do cumprimento das leis ambientais, sobretudo no que se refere às normas de manejo de resíduos sólidos e ocupação de áreas de especial proteção ambiental.	Ribeirão Preto
Ações para revogação do dispositivo estadual que deu aos municípios a responsabilidade pelo licenciamento ambiental para empreendimentos e a efetivação de políticas de urbanização e preservação de nascentes e rios.	Campinas
Ação Civil Pública para garantia e acesso integral e publicidade de toda informação técnica, laudos e pareceres produzidos por órgãos públicos em relação a área contaminada.	Campinas
Difusão e conscientização sobre meio ambiente com gente de comunidades tradicionais.	Vale do Ribeira
Atuação da Defensoria Pública em ações contra o retrocesso e a degradação sócio-ambiental, principalmente em relação aos projetos e empreendimentos que causem impactos ambientais e a vulnerabilidade da população, tais como a transposição do Rio Paraíba, a extração de areia, implantação de termelétricas e incineradores de lixo, monoculturas de eucaliptos e fontes poluidoras, buscando a implementação da Resolução 307 do Conselho Nacional do Meio Ambiente -CONAMA.	São José dos Campos
Atuação da Defensoria Pública contra impactos ambientais das cavas de areia e termelétricas.	Taubaté
Atuação da Defensoria Pública em tutela coletiva para revitalização e conservação das áreas de preservação urbana, inclusive com a criação de corredores ecológicos.	Bauru



Combate à Discriminação Racismo e Preconceito

PROPOSTAS	ORIGEM
Formentar a realização de eventos, debates, seminários e congressos na temática do combate à discriminação, racismo e preconceito no Estado de São Paulo, em parceria com a sociedade civil.	Sorocaba
Realização de palestras nas comunidades com a temática do combate à discriminação, priorizando as cidades que não possuem sede da Defensoria Pública.	Santos
Garantir que nos cursos de formação de defensores públicos, servidores e estagiários da Defensoria Pública tenha a temática do combate à discriminação e respeito à diversidade, bem como atuar pela implementação de políticas de Ações Afirmativas e cotas étnicas-raciais dentro da Defensoria Pública de São Paulo.	ABCD
Capacitação dos Defensores Públicos, estagiários, oficiais e agentes de Defensoria para conhecimento e estudos do Estatuto da Igualdade Racial e das legislações específicas referentes à população vítima de preconceito, discriminação, racismo, portadores de HIV e diversidade sexual.	Leste
Atuação da Defensoria Pública junto às Secretarias de Educação Estadual e Municipais no esclarecimento aos profissionais da área e alunos quanto aos direitos nas hipóteses de discriminação em razão da identidade sexual.	São José dos Campos
Promover a educação em direitos nas escolas, públicas e particulares, com vistas ao combate a qualquer tipo de discriminação, racismo e preconceito.	Bauru/ Presidente Prudente
Capacitar as instituições públicas para combater o preconceito e a discriminação homofóbica com base na Lei Estadual nº 10.948/01, a fim de ampliar a garantia de direitos ao público LGBT.	Marília
Campanha de Combate à discriminação racial, homofóbica e sexista voltada, especificamente, aos órgãos públicos.	Campinas
Solicitar ao Poder Público que se comprometa a realizar capacitação junto às escolas, delegacias, batalhões militares, presídios e penitenciárias para o atendimento ao público, com enfoque no combate à discriminação de gênero, homofóbica e racial, dentre outros.	Central
Capacitação da autoridade policial e demais profissionais da rede para acolhimento humanizado das vítimas de violência de gênero e homofóbica.	São José dos Campos
Formentar a capacitação de agentes policiais com o objetivo de reduzir a adoção de práticas discriminatórias e de violência, em especial, à população pobre e negra.	Bauru
A Defensoria Pública do Estado deverá atuar junto às polícias a fim de coibir a violência policial contra a população negra.	São José do Rio Preto

Combate à Discriminação, Racismo e Preconceito

PROPOSTAS	ORIGEM
Criar uma comissão de monitoramento por membros do núcleo de combate à discriminação sobre os casos de violência policial contra a juventude negra do Estado de São Paulo, com atenção aos casos classificados como resistência seguida de morte.	Norte-Oeste
Aproximação com o Ministério Público e com o Poder Judiciário a fim de sensibilizá-los quanto a causa do combate à discriminação racial, inclusive com uma campanha institucional na Defensoria sobre o tema.	Santos
Divulgar o trabalho da Defensoria Pública no combate à discriminação, ao racismo e ao preconceito nas comunidades, sobretudo nas cidades onde não há órgão da Defensoria instalado.	Ribeirão Preto
Exigir o cumprimento da Lei Federal 10.639/2003 que garante a inclusão nos currículos escolares da disciplina de história da população afrodescendente.	Ribeirão Preto
Elaboração de cartilhas e outros materiais informativos com o objetivo de esclarecer às profissionais do sexo e travestis, sobre seus direitos básicos à saúde, métodos contraceptivos e busca de seus direitos quando vítimas de violência.	Bauru
Fomento, Promoção e elaboração de materiais educativos e informativos com o tema do combate à discriminação e respeito à diversidade, priorizando a atuação das escolas e entidades sociais que trabalham com a diversidade.	Santos
Elaboração de uma pesquisa científica para levantamento de dados acerca da violência policial com enfoque no racismo, e discriminação institucionais dentro das polícias.	Sorocaba
Proposta para que a Defensoria Pública apóie a criação de leis municipais para que nos concursos públicos municipais seja reservado número mínimo de vagas para afrodescendentes, tal como já existem as cotas para portadores de necessidades especiais.	São Carlos
Política de cotas para inserção nos quadros da Defensoria Pública, e defesa da adoção da mesma política para os demais órgãos públicos.	Campinas
Adoção de cotas raciais para o ingresso na Defensoria Pública, bem como enviaar esforços para que haja cotas raciais também nos setores público e privado.	Araçatuba
Implementação por parte da Defensoria Pública, em parceria com outras entidades de atendimento e combate à discriminação da população em situação de rua, bem como a formação de fórum permanente de acompanhamento às políticas públicas para a população em situação de rua.	Bauru
Criação de cargos de Defensor Público com atribuições específicas na área de políticas públicas (terceiro setor) nas unidades da Defensoria Pública.	Jundiaí
Fortalecer o Núcleo Especializado de Combate à Discriminação, Racismo e Preconceito a fim de atuar em todo o estado e principalmente na defesa das populações vulneráveis, inclusive com uma equipe multidisciplinar com profissionais da antropologia, sociologia, assistência social e etc.	Vale do Ribeira
Prestação de assessoria jurídica gratuita em núcleo itinerante que atuará nas regiões de maior vulnerabilidade na área de discriminação.	Guarulhos



PROPOSTAS	ORIGEM
Descentralização do Núcleo de Combate à Discriminação.	Campinas
Racismo institucional, péssimo atendimento, preconceito contra negros e população vulnerável. Implementar Núcleo de Combate ao Racismo.	Osasco
Proposta para que a Defensoria Pública venha a intermediar os diálogos com os Poderes Públicos para a criação de um Centro de Referência LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e travestis) regional, em parceria com o CRT (Centro de Referência em Tratamento DST/AIDS/LGBT).	São Carlos
Proposta para que a Defensoria Pública apóie a criação de leis municipais para construção de um corpo multidisciplinar de profissionais de saúde qualificados em educação permanente dos demais profissionais, independentemente de nomeação política para o exercício do cargo.	São Carlos
Proposta para que a Defensoria Pública participe das conferências municipais, estaduais e nacionais de saúde, para acompanhar as propostas aprovadas, bem como cobrar a implementação de políticas aprovadas em conferências de capacitação e humanização permanente dos profissionais de saúde.	São Carlos
Proposta para que a Defensoria Pública seja vinculada ao Conselho Municipal de Afrodescendentes, bem como acompanhe as denúncias de racismo, discriminação e preconceito e atue em estreita parceria com o Centro de Referência Afro.	São Carlos
Auxílio da Defensoria Pública na criação de Centros de Referência da Comunidade Negra.	Araçatuba
Que a Defensoria Pública auxilie na criação do dia 20 de novembro com feriado municipal nas cidades onde não existe e, fortalecendo da data nas cidades onde ela já existe.	Araçatuba
Criação de atendimento jurídico e multidisciplinar para as comunidades quilombolas do Estado.	Norte-Oeste
Extensão do convênio com o Instituto Negro Padre Batista.	Guarulhos
Ação da Defensoria Pública para combater a discriminação ou racismo institucionalizado, principalmente no âmbito da segurança pública.	Guarulhos
Criar efetivas ações no combate à discriminação religiosa, notadamente contra as religiões de matriz africana.	Campinas
Pleitear o reconhecimento das comunidades tradicionais (caiçaras, indígenas, quilombolas), principalmente o direito aos seus territórios, através de legislação própria, de acordo com o decreto nº 6040/07.	Vale do Ribeira
Atuação da Defensoria Pública visando coibir a discriminação tanto do setor público quanto privado, em razão da localidade da residência, em especial às áreas de ocupação e bairros irregulares.	São José dos Campos
Atenção específica da Defensoria Pública através de seu Núcleo Especializado, na discriminação sócio-econômica e em condição de moradia (bairros de periferia, cortiço, favela, morador de rua e outras).	Jundiaí
Participação da Defensoria Pública em núcleos especializados municipais para orientação e defesa das pessoas vítimas de discriminação: moradores de rua, LGBT, profissionais do sexo, população negra e juventude, intolerância religiosa.	Guarulhos
Exigir do poder público a criação de equipamentos públicos para o atendimento às vítimas de violência contra mulher e vítimas de discriminação racial, bem como capacitar todos os profissionais que atuam no atendimento ao público.	Vale do Ribeira

Direitos do Consumidor

PROPOSTAS	ORIGEM
Considerando o crescente desenvolvimento das técnicas de venda e propaganda de produtos e serviços, é necessário que a Defensoria Pública tenha maior atuação na educação em direitos do consumidor, o que poderia ocorrer por meio de pesquisa das principais causas de problemas ao consumidor mais vulnerável, e posterior divulgação por meio de cartilhas distribuídas nas Defensorias Públicas.	Marília
Atuar na educação em direitos para o consumo consciente, visando evitar o superendividamento da população mais vulnerável.	São José do Rio Preto
Promover políticas de informação e conscientização acerca do superendividamento.	Sorocaba
Participação da Defensoria Pública ao acompanhar o processo legislativo, em especial atenção ao artigo 18 do Código de Defesa do Consumidor, reduzindo prazos para a troca de produtos, disponibilizando ao consumidor de modo imediato a substituição de bens essenciais.	Santos
Atuação da Defensoria Pública nos Conselhos Municipais de Saúde, no âmbito da Defesa do Consumidor.	ABCD
Estabelecer uma integração maior entre PROCONs municipais da região e a Defensoria Pública.	Vale Ribeira
Obrigação de pesar embalagens e outros congêneres, nas vendas de medida 'por Kg, na presença do consumidor.	Osasco
Atuação, com maior ênfase, do Núcleo do Consumidor para coibir propaganda enganosa e abusiva.	Sul
Atuação da Defensoria Pública no combate às práticas abusivas realizadas pelas instituições financeiras.	Leste
Atuação da Defensoria Pública no sentido de viabilizar a obrigatoriedade de se afixar, nos estabelecimentos bancários, de forma ostensiva, juntamente com o tempo máximo de espera, os telefones do serviço de fiscalização, de forma a possibilitar que o consumidor que excede o tempo de espera nas filas bancárias possa entrar em contato com tal serviço.	São Carlos



Direitos do Idoso e da Pessoa com Deficiência

PROPOSTAS	ORIGEM
Criação de Unidades de atendimento à saúde especializadas para idosos.	Sorocaba
Promover ações que visem a criação de cargos especializados para os cuidados dos pacientes idosos e com deficiência que buscam atendimento no Sistema Único de Saúde, bem como agilizar a marcação de consultas e exames médicos.	Santos
Efetivar o acesso do idoso e da pessoa com deficiência aos direitos e serviços de saúde, previdência e assistência social.	Campinas
Atuar para a redução da demora nos atendimentos em hospitais e no agendamento de exames e consultas para idosos, observando-se a prioridade legal.	Presidente Prudente
Fiscalização e atuação da Defensoria Pública junto aos hospitais públicos onde existe um número grande de idosos e pessoas com deficiência e em situação de abandono (identificação de eventuais curadores e procuradores, verificação de responsáveis da família, verificação de uso indevido de benefício e prestação continuada, entre outros).	Mogi das Cruzes
Que cada Unidade Básica de Saúde - UBS encaminhe relatório de medicamento de alto custo destinado aos idosos e pessoas com deficiência, por via eletrônica à central de medicamentos, para que, aprovado o fornecimento nessa central, seja liberado eletronicamente e enviado o próprio medicamento para a UBS solicitante, evitando que o paciente se encaminhe à central somente para ato burocrático.	Norte-Oeste
Atualização dos protocolos clínicos e de diretrizes terapêuticas do Ministério da Saúde, e capacitação e contratação de profissionais de todas as áreas para idosos e pessoas com deficiência.	Leste
Promover ações que visem a adequação das equipes que prestam atendimento nos equipamentos de saúde mental, no que diz respeito a quantidade de profissionais, bem como a necessária multidisciplinaridade, para atendimento do usuário e sua família.	São José dos Campos
Atuação voltada à ampliação do atendimento de saúde e psico-social prestado aos deficientes visuais. Com ênfase no ensino do método braille e do sistema de fornecimento de cães-guia.	Taubaté
Exigir do Poder Público a formação e capacitação especializada, inclusive atendimento em LIBRAS, de todos os profissionais que atuam na prestação de serviço à população sejam capacitados a atender, também, a população idosa, com deficiência e transtorno global do desenvolvimento em todas as áreas, em especial as áreas de educação, saúde, assistência social e justiça, incluindo Defensores Públicos e servidores.	Central
Implementação dos intérpretes de libras nas redes de ensino municipal e estadual, em cumprimento à lei federal n.º 10.436, de 24.04.2002 e o decreto federal n.º 5.626, de 22.12.2005, objetivando a inclusão das crianças com deficiência auditiva e surdez.	Norte-Oeste

Direitos do Idoso e da Pessoa com Deficiência

PROPOSTAS	ORIGEM
Atuar para alteração da legislação, de modo a tornar a LIBRAS - Linguagem Brasileira de Sinais, matéria obrigatória do currículo escolar.	Araçatuba
Atuar para a criação de Escolas de Jovens e Adultos - EJA - voltadas para idosos e pessoas com deficiência em todos os municípios do Estado de São Paulo.	Marília
Atuar na criação de equipes multidisciplinares no âmbito da Secretaria da Educação para avaliação e atendimento dos alunos com deficiência, com espaços físicos apropriados, a fim de lhes propiciar melhores condições de aprendizado.	Araçatuba
Inclusão de crianças com deficiência nas escolas públicas, com contratações de professores e profissionais qualificados voltados ao atendimento de cada deficiência específica dessas crianças.	Osasco
Exigir o cumprimento e ampliação das políticas culturais e de educação inclusiva em todos os níveis de ensino (básico, fundamental, médio, infantil, superior e técnico) para as pessoas com deficiência e transtorno global de desenvolvimento independente da faixa etária.	Sul/ Leste/Central
Promover palestras e eventos de educação em direitos a fim de eliminar o preconceito que atinge as pessoas com deficiência, voltados aos familiares, à sociedade e também nos locais de trabalho.	Ribeirão Preto
Trabalhar na criação de núcleos de capacitação de pessoas com deficiência, familiares, comunidades, profissionais de órgãos públicos e da rede de atendimento, observando-se as peculiaridades de cada deficiência, fortalecendo assim a inclusão social.	Vale do Ribeira
Promoção de acessibilidade da Defensoria Pública para todas as deficiências.	Sorocaba
Monitoramento de projetos e equipamentos públicos, e seus acessos, direcionados ao lazer e ao esporte, respeitando a legislação de proteção dos direitos do idoso e da pessoa com deficiência, principalmente no que tange a acessibilidade.	Mogi das Cruzes
Atuação específica da Defensoria Pública no cumprimento da legislação referente ao acesso da pessoa com deficiência, mobilidade reduzida e idosos em ônibus municipais, intermunicipais, interestaduais e rodoviários, inclusive com a disponibilização de transporte especial adaptado e sem reduzir sua capacidade econômica (entendendo acesso como: entrada e permanência dentro do veículo, sinalização sonora e visual, braile, elevador e espaço para cadeirantes e obesos, entre outros).	Mogi das Cruzes/ Vale do Ribeira/ São José do Rio Preto/ Araçatuba/Osasco
Atuar para criação de lei que propicie a gratuidade em transportes intermunicipais para idosos e pessoas com deficiência, nos mesmos moldes da gratuidade prevista no Estatuto do idoso para viagens interestaduais.	Presidente Prudente
Acessibilidade no transporte (municipal, inter-municipal e interestadual) e nas vias públicas, bem como nos estabelecimentos comerciais.	Taubaté
A Defensoria Pública do Estado deverá atuar em relação à acessibilidade física em vias públicas ou particulares com fiscalização do Poder Público, assim como em relação às demais formas de acessibilidade (informatização, comunicação, dentre outras).	São José do Rio Preto
Atuação para que haja acessibilidade nas ruas, com criação de ruas acessíveis e com eliminação de barreiras presentes nas calçadas, como vasos de plantas, postes de luz mal colocados e lixeiras.	Presidente Prudente



PROPOSTAS	ORIGEM
Adequação das calçadas do bairro objetivando a implementação do direito à acessibilidade dos idosos e das pessoas com deficiência.	Norte-Oeste
Garantia de que os órgãos responsáveis pela aprovação de plantas e expedição do habite-se, somente o faça se estiverem sendo respeitadas as regras de acessibilidade.	Sorocaba
Estimular a criação de abrigo, escola para idosos, por meio da participação de estudantes das universidades públicas e privadas dos Municípios para ampliação do trabalho com essa parcela da população.	São Carlos
Atuação da Defensoria Pública no cumprimento das disposições do Estatuto do Idoso e legislações correlatas referentes ao abrigamento de idosos (fiscalização de entidades, cobrança do Poder Público no estabelecimento de equipamentos e casas para acolhimento de idosos).	Mogi das Cruzes
Atuar junto a instituições de asilo para idosos de modo a torná-los mais humanos, acessíveis e capacitados para atendimento dos idosos, inclusive com a presença de equipe mínima multidisciplinar.	Ribeirão Preto
Promover ações para a implementação de casas abrigo para idosos e para pessoas com deficiência, com estrutura de atendimento adequado às necessidades dessa população, incluindo cuidadores.	São José dos Campos
Promover ações para a implementação de centros-dia para a pessoa com deficiência e para o idoso, com funcionamento no horário comercial, permitindo que os parentes possam trabalhar enquanto os idosos são cuidados.	São José dos Campos / ABCD
Atuar para a criação de mais ILPI - Instituições de Longa Permanência para Idosos, as quais deverão ter espaços adequados e acessíveis, e deverão contar com equipe multidisciplinar para atendimento, de acordo com o nível de dependência do idoso.	Presidente Prudente
Exigir a criação e ampliação de centros de convivência, residências assistidas, residências terapêuticas e Institutos de Longa Permanência para Idosos - ILPI, por meio da integração das secretarias municipais e estaduais para proteção de idosos e de pais idosos de pessoas com deficiência e/ou transtorno global do desenvolvimento e/ou autismo.	Central
Propiciar a criação de Centros de Convivência e de Pólos de Capacitação para pessoas com deficiência adultas, observando-se as características e peculiaridades de cada deficiente.	Araçatuba
Promover a criação de centros de convivência e lazer e de esportes para idosos e pessoas com deficiências nos municípios do Estado de São Paulo.	Marília
Criação de Centros de Convivência abertos para jovens e adultos, especialmente a partir dos 35 anos, que ofereçam capacitação e atividades multidisciplinares e que sejam acessíveis a todas as pessoas com deficiência.	ABCD
Promover ações que se voltem à criação de atendimentos sócio-assistenciais, especialmente a implementação de serviços de atendimento Casa Lar às pessoas com deficiência.	Santos
Alteração da legislação para inclusão da Defensoria Pública no monitoramento e fiscalização das instituições de acolhimento de idosos e pessoas com deficiência.	Bauru

Direitos do Idoso e da Pessoa com Deficiência

PROPOSTAS	ORIGEM
Atuação da Defensoria Pública junto aos órgãos públicos para elaboração de Termo de Ajustamento de Conduta, objetivando o repasse de recursos às entidades de acolhimento de idosos e pessoas com deficiência em situação de rua.	Bauru
Atuação da Defensoria Pública junto ao Poder Judiciário para efetivar o direito à prioridade na tramitação processual para idosos e pessoas com deficiência.	Ribeirão Preto
Que a Defensoria Pública atue para que a defesa civil defina normatização de procedimentos para priorização de atendimento da pessoa com deficiência em caso de calamidade /catástrofe.	Sul
Implementação de medidas em âmbito estadual, a fim de assegurar às pessoas surdas ou portadoras de deficiência auditiva o tratamento diferenciado previsto na Lei n. 10.098/00.	Guarulhos
Atuação da Defensoria Pública na elaboração de projeto de lei de cotas para idosos, para ingresso e reinserção no mercado de trabalho, nos setores públicos e privado.	Jundiaí
Estabelecer parceria da Defensoria Pública com o Ministério do Trabalho e órgãos de fiscalização do trabalho para o integral cumprimento da lei de cotas para emprego de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.	Mogi das Cruzes
Cobrar do poder público maior fiscalização e apoio para cumprimento da lei de cotas em relação à inserção no mercado de trabalho e exigir a inserção das pessoas com transtorno global de desenvolvimento nas leis de cotas.	Central
Atuação Política da Defensoria Pública para que a lei de cotas para as pessoas com deficiência seja alterada a fim de que a contratação de profissionais com deficiência seja diretamente proporcional ao grau de formação profissional e qualificação técnica do contratado.	Jundiaí
Apoio ao projeto de lei para modificação dos critérios do benefício de prestação continuada (BPC).	São Carlos
Articulação Política da Defensoria Pública na consolidação e implementação de políticas públicas municipais na área da pessoa com deficiência.	Jundiaí
Ação Civil Pública para certificação da qualidade de produtos para pessoas com deficiência.	Sul
Atuar para que haja a criação de um documento específico ou carteirinha única para a pessoa com deficiência, com validade em âmbito estadual a fim de desburocratizar o acesso a serviços em geral e a políticas voltadas à pessoa com deficiência.	Vale do Ribeira
Criação de rede de proteção integral ao idoso e à pessoa com deficiência, abrangendo a prevenção, o atendimento e a responsabilização.	Guarulhos
Cisão do Núcleo do Idoso e da Pessoa com Deficiência na Defensoria Pública para criação dos Núcleos Especializados do Idoso e das Pessoas com Deficiência e Patologia, pois os assuntos destas esferas devem ser tratados separadamente e com mais eficiência.	Leste
Aumento do número de cargos de Defensores Públicos com atuação específica em favor de idosos e de pessoas com deficiência.	Bauru
Criar um espaço permanente no Núcleo Especializado de Direitos do Idoso e Pessoa com Deficiência (NEDIPED) para recebimento de denúncias de violências contra o idoso, incluindo a ausência de transporte intermunicipal gratuito para pessoas acima de 60 anos e gratuidade do transporte municipal a partir dos 60 anos, nos dois casos, independente do sexo.	Central



Habitação, Urbanismo e Conflitos Agrários

PROPOSTAS	ORIGEM
Criação de um setor específico relacionado ao atendimento da temática habitacional nas unidades da Defensoria Pública.	Sorocaba
Garantir e ampliar a atuação em direitos coletivos em cada Regional e Unidade da Defensoria Pública, com a capacitação de Defensores Públicos em habitação e urbanismo, como forma de possibilitar a ampliação dos serviços de assistência jurídica em comarcas onde ainda não tenha sido instalada.	Mogi das Cruzes
Existência de um defensor público especializado na área de Habitação e Urbanismo em cada unidade. Na impossibilidade, um defensor público especializado na Regional.	ABCD
Criação de um Núcleo para intervenção em conflitos urbanos.	São José dos Campos
Atendimento coletivo nos bairros, em pelo menos dois dias da semana.	São José dos Campos
Aumento do número de defensores públicos e salários.	São José dos Campos
Defensor público com atribuição na área da habitação e urbanismo (desfavelamento).	Marília
Fortalecer a integração das ações da Defensoria Pública e dos núcleos para que a próxima Jornada da Moradia integre outros temas de Direitos Humanos.	Sul
Criação de Núcleo Especializado em Conflitos Agrários na Defensoria Pública, de preferência em região central.	Bauru
Curso de formação de lideranças.	Santos
Fomentar a educação em direitos sobre instrumentos de regularização fundiária em áreas de ocupação irregulares e a elaboração de eventos periódicos com a Sociedade Civil na busca de manter um diálogo constante de formação e informação em matéria de moradia e urbanismo.	Campinas
Fortalecimento da articulação da Defensoria Pública com os movimentos populares por meio de eventos locais, audiências públicas, visitas e processos de formação descentralizados.	Sul
Aperfeiçoamento de um canal de diálogo entre a Defensoria Pública e os movimentos sociais para: A) promover educação em direitos relacionada à temática de habitação e urbanismo; B) fiscalizar políticas urbanas; C) implementar das políticas urbanas.	Araçatuba
Criar um mecanismo para que a Defensoria Pública assessorar os movimentos sociais envolvidos nos conflitos agrários, buscando a reforma agrária.	Ribeirão Preto
Assessorar juridicamente as associações de moradores de bairro constituídos em loteamentos irregulares.	São José do Rio Preto

Habitação, Urbanismo e Conflitos Agrários

PROPOSTAS	ORIGEM
Atuação da Defensoria Pública em defesa do morador em situação de rua, visando assegurar o direito à moradia digna, por meio de programas que levem em consideração o perfil, a situação e a demanda destas pessoas.	Central
Articulação junto ao Poder Público, Sociedade Civil e Ministério Público para criação de Casa Abrigo para moradores em situação de rua, visando sua reintegração na sociedade.	ABCD
Fortalecimento da atuação coletiva da Defensoria Pública em matéria de habitação, urbanismo e conflitos agrários, servindo, inclusive, como canal de comunicação com as respectivas secretarias para a obtenção de soluções administrativas nestas temáticas.	São Carlos
Defensoria Pública deve atuar na defesa de uma melhor qualidade da pavimentação asfáltica dos Municípios, notadamente nas áreas de maior movimentação.	São Carlos
Lutar pelo acesso aos direitos sociais constantes do artigo 6º da Constituição Federal às comunidades que vivem em área rural.	Ribeirão Preto
Lutar para que os Conselhos Municipais de Urbanismo e da Moradia Popular reflitam a problemática da moradia nos assentamento rurais.	Ribeirão Preto
Fiscalização de áreas de zona especial de interesse social.	Santos
Tarifas sociais.	Santos
A Defensoria Pública deve cobrar a implantação dos conselhos das cidades, cuja criação foi aprovada pela Conferência Municipal de Habitação de 2010.	Jundiaí
Garantir a manutenção dos contratos decorrentes de programas habitacionais, mesmo em casos de inadimplência, bem como atuar para exigir tanto do Poder Público quanto do particular a regularização dos empreendimentos habitacionais, evitando-se a violação do Estatuto da Cidade, Lei n. 6766/79, bem como do Código de Defesa do Consumidor.	Mogi das Cruzes
Ajuizar medidas judiciais para implementação de equipamentos públicos em áreas ocupadas preponderantemente por comunidade de baixa renda.	Campinas
Atuação na promoção da regularização fundiária extrajudicial e agricultores familiares.	Vale do Ribeira
Atuar junto ao Município visando a desburocratizar os procedimentos de aprovação dos projetos apresentados.	São José do Rio Preto
Atuação da Defensoria Pública junto aos municípios postulando implementação de políticas públicas habitacionais para a população de baixa renda.	Taubaté
Reivindicar junto aos órgãos competentes a infra-estrutura adequada ao número de moradores dos conjuntos habitacionais.	Norte-Oeste
Atuação mais incisiva na regularização fundiária, especialmente na fiscalização do procedimento administrativo.	São José dos Campos
Atuação mais incisiva em relação aos sorteios de casas populares, com maior fiscalização. Além disso, o sorteio deve ser por ordem de inscrição e que o cadastro seja numerado - transparência e controle.	São José dos Campos



PROPOSTAS	ORIGEM
Buscar, extrajudicial e judicialmente, a regularização fundiária de assentamentos agrários.	Araçatuba
A Defensoria Pública deverá diligenciar perante a Prefeitura das cidades de Carapicuíba e Barueri, e do Governo do Estado de São Paulo, para resolver os problemas de habitação da comunidade Porto de Areia, localizada em área de risco, onde residem cerca de 300 famílias. Até que haja uma solução satisfatória para o problema de moradia, a Defensoria Pública deverá atuar para que sejam garantidos os direitos básicos/mínimos da população local, tais como serviço de saúde, saneamento básico e remoção de lixo. Uma vez solucionado o problema urbanístico do local, a Defensoria Pública velará pela revitalização da área. A Defensoria Pública representará ainda ao Ministério Público, no sentido de que proceda a fiscalização do serviço de coleta de lixo na comunidade Porto Areia, diante dos relatos de que referido serviço somente tem sido realizado mediante o pagamento "por fora" de taxa, pelos moradores.	Osasco
A Defensoria Pública deverá diligenciar perante o Governo Estadual, para que este, diretamente ou por meio de concessão, passe, imediatamente, a utilizar tecnologias alternativas, de modo a resolver o problema do tratamento de esgoto nas favelas, possibilitando assim a urbanização destas.	Osasco
A Defensoria deverá diligenciar a fim de descobrir os motivos da ausência de investimento do Governo Estadual e do Município de Carapicuíba, na regularização fundiária das comunidades, bem como, exigir do Poder Público a efetivação de medidas de regularização.	Osasco
Aprofundar o debate do Núcleo de Habitação e Urbanismo para outras questões atinentes ao direito à Cidade, principalmente mobilidade.	Sul
Priorizar o atendimento às comunidades que serão atingidas por intervenções urbanísticas de forma a propiciar o diálogo da comunidade com o Poder Público, evitando-se que haja intervenção urbanística sem prévio plano de urbanização e quando necessário, reassentamento de forma a mantê-los inseridos na mesma comunidade e na impossibilidade desta, que no reassentamento seja garantido a inserção das famílias à cidade legal como forma de garantir bem estar.	Leste
Que a Defensoria Pública cobre que as políticas públicas de habitação e urbanismo sejam precedidas de participação efetiva da população, notadamente em casos de remoção de grupos de áreas de risco .	Jundiaí
Garantir que a população socialmente vulnerável tenha acesso amplo e irrestrito aos programas de financiamento público para aquisição de unidades habitacionais, inclusive àqueles que tenham restrição ao crédito.	Leste
Presença de Defensoria Pública na defesa criminal e civil das pessoas participantes de movimentos sociais urbanos e agrários, visando a evitar a criminalização dos movimentos sociais e garantir a equiparação de forças entre as partes em litígio.	Bauru
Avaliação pela Defensoria Pública da ocupação irregular de terras públicas por empresas privadas, visando a devolução das terras e a utilização destas para os programas de reforma agrária e construção habitacional popular.	Bauru
Mobilização da Defensoria Pública junto aos Poderes Públicos Estaduais e Municipais para a criação de políticas públicas voltadas à regularização das casas populares em desacordo com a legislação em vigor, inclusive com o aumento do limite de isenções de tributos sobre a propriedade.	Bauru
Atuação da Defensoria Pública para garantir o acesso à moradia das pessoas de baixa renda na região central da cidade.	Central

Habitação, Urbanismo e Conflitos Agrários

PROPOSTAS	ORIGEM
Elaborar medidas jurídicas para priorizar programas habitacionais para famílias de baixa renda que possuem membro com deficiência intelectual ou transtorno mental, conjugando com criação de centro de atendimento e transporte adequado.	Central
O serviço ferroviário estadual de transporte de passageiros deverá prever o isolamento da via férrea e a construção de passarelas ou vias subterrâneas, com acessibilidade, para facilitar o acesso às comunidades e diminuir a ocorrência de acidentes.	Osasco
Instalação de um Fórum de moradia na cidade de Marília.	Marília
Articular, dentro do âmbito do direito à cidade e à moradia, em parceria com órgãos de assistência social, em face do Poder Público, a criação de atendimentos habitacionais provisórios vinculados com atendimentos habitacionais definitivos integrados ao tecido urbano para os grupos vulneráveis.	Presidente Prudente
Fortalecer os processos de regularização fundiária em áreas de mananciais e a luta contra o processo de criminalização das comunidades pobres.	Sul
Atuação da Defensoria Pública junto aos órgãos públicos responsáveis pela moradia para promover a regularização fundiária dos empreendimentos habitacionais voltados para população socialmente vulnerável, com objetivo de dinamizar o procedimento de autogestão, tanto na fase pré-obra como pós ocupação.	Leste
Reivindicação, pela Defensoria Pública, da efetivação dos direitos sociais das pessoas instaladas em assentamentos e acampamentos agrários, bem como atuação da instituição na educação em direitos de tais populações.	Bauru
Atuação prioritária da Defensoria Pública em remoções e despejos decorrentes de megaprojetos, em especial em relação à Copa 2014 e operações urbanas.	Central
Organizar campanha e intensificar a judicialização, inclusive internacionalmente, como forma de combate aos despejos e remoções realizadas em função dos mega projetos, Copa 2014, obras públicas e especulações imobiliárias.	Sul
Atuar junto ao Poder Público de forma a evitar a especulação imobiliária em áreas do entorno dos megaprojetos, inclusive, àqueles decorrentes da Copa do Mundo, em especial às áreas inseridas no Plano Diretor como Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS.	Leste



Infância e Juventude

PROPOSTAS	ORIGEM
Implantação, fortalecimento ou facilitação e incentivo ao acesso a cursos profissionalizantes para as crianças e adolescentes sob medida de acolhimento institucional e ações socioeducativas, visando facilitar sua integração social após o fim da ação social.	São José do Rio Preto/ Sorocaba
Atuação da Defensoria em prol da melhor estruturação das unidades de internação, para que seja proporcionada educação de qualidade aos adolescentes internados, tanto no ensino formal como no profissionalizante, com enfoque nas atividades externas.	Ribeirão Preto/Sorocaba
Atuação da Defensoria Pública, preferencialmente de forma coletiva, na garantia de transporte para criança e adolescente, para tratamento de saúde, educação, cultura e lazer.	Jundiaí
Que os Defensores Públicos designados para a Infância e Juventude atuem preferencialmente na prevenção da dessocialização das crianças e adolescentes, ministrando palestras ou cursos de educação em direito.	Mogi das Cruzes
Atuar na área de educação em direitos com a finalidade de coibir a violação dos direitos da criança e do adolescente.	Vale do Ribeira
Palestras para educação em direitos para os pais/ educadores, sobre direitos e deveres sobre educação (ensino infantil, médio e fundamental).	Norte-Oeste
Elaboração de uma cartilha direcionada à área da educação, para pais, filhos e educadores.	Norte-Oeste
Que a Defensoria promova projetos de educação em direitos para a sociedade civil organizada e órgãos públicos no tocante a infância e juventude capacitando para uma atuação mais efetiva.	Bauru
Intensificação da fiscalização pela Defensoria Pública do funcionamento e criação dos Centro de Referência de Assistência Social - CRAS e demais órgão de apoio.	Sorocaba
Postulação, via Ação Civil Pública, pela Defensoria Pública para a criação de mais Centro de Referência da Assistência Social - CRAS e Centro de Referência Especializada de Assistência Social - CREAS para atender a demanda da população, uma vez que esses equipamentos possuem um número limitado de atendimentos por área de atuação, não atendendo a atual demanda.	Jundiaí/Taubaté
Buscar a efetiva integração operacional dos órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Segurança Pública e Assistência Social para efeito de agilização do atendimento inicial de adolescentes autores de ato infracional e agilizar o atendimento de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar (ECA, art. 88, V e VI).	Mogi das Cruzes
Articular junto ao Poder Público para a ampliação da rede de atendimento à família de crianças em situação de risco, especialmente Centro de Referência da Assistência Social - CRAS e Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS.	Presidente Prudente
Criação de atendimento ao público pela Defensoria Pública de forma descentralizada para atingir a população da periferia, com sugestão para que seja realizado tal atendimento nos Centro de Referência de Assistência Social - CRAS.	Guarulhos
Atuação em prol do fortalecimento dos programas de execução de medidas sócio educativas em meio aberto.	Sorocaba
Intensificação da fiscalização pela Defensoria Pública do funcionamento e criação de programas como o "República Jovem" ou outros que favoreçam a inserção do jovem recém saído de situação de acolhimento institucional no mercado de trabalho.	Sorocaba

PROPOSTAS	ORIGEM
Judicialização para criação de repúblicas de acolhimento de jovens egressos de unidade de acolhimento institucional ou em situação de rua.	Taubaté
Implementação de Unidades da Defensoria Pública nas cidades que não a possuam.	São Carlos
Atuar na obtenção de reforço na atuação do Centro de Atenção Psicossocial- Álcool e Drogas (CAPS - AD) e Centro de Atenção Psicossocial-Infantil (CAPS - Infantil), inclusive para criação de unidades em Municípios onde não existem, bem como trabalhar no incremento de sua atuação, para que se vá além de uma atuação meramente preventiva.	São Carlos
Ações da Defensoria Pública no sentido da efetiva implantação dos serviços de saúde para atendimento e tratamento de usuários de substâncias psicoativas, com a articulação de toda rede intersetorial.	Ribeirão Preto
Luta pela implantação e fortalecimento dos Centro de Atenção Psicossocial (CAPs) e Centro de Atenção Psicossocial - Álcool e outras Drogas (CAPs AD).	Santos
Considerando a crescente demanda de tratamento clínico para a questão da drogadição envolvendo crianças e adolescentes, faz-se a necessidade de criação de um centro de atendimento multidisciplinar especializado no tratamento da criança e do adolescente drogadicto, devendo a Defensoria Pública promover atuação urgente nesse sentido.	Jundiaí
Atuação da Defensoria Pública para propor Ações para que o Poder Público ofereça a prevenção, promoção e reabilitação do adolescente usuário de drogas e garantir acesso àqueles que necessitam de atendimento à saúde mental.	Campinas
Fomentar debates e tomar as medidas cabíveis para assegurar a prevenção e o tratamento de adolescentes em situação de drogadição.	Vale do Ribeira
Implantação de pólos de tratamento especializado para criança e adolescente em situação de dependência crítica de drogadição.	São José do Rio Preto
Atuação da Defensoria Pública na área de drogadição: na parte preventiva, a atuação em educação em direitos e uso de drogas nas escolas; e na judicialização, pela criação de clínicas para tratamento de drogadição.	Taubaté
Intervenção da Defensoria Pública nos encaminhamentos para tratamento de drogadição e internação de crianças e adolescentes portadores de déficit intelectual e psicopatologia, por meio do fortalecimento e parceria com a rede sócio-assistencial, propondo ainda aos municípios que não implementaram a criação de Centro de Atenção Psicossocial - CAPS específico para crianças e adolescentes que o façam.	Marília
Participação da Defensoria Pública nas Instituições de ensino e demais espaços públicos promovendo cursos de educação em direitos voltados ao público infanto-juvenil com a finalidade de orientar e combater o uso e tráfico de drogas, bem como inserção na criminalidade.	Marília
Atuar na promoção de políticas públicas da área da saúde para prevenção e tratamento de usuários de drogas.	Presidente Prudente
Atuar pela implantação dos CAPS AD (Centro de Atendimento Psicossocial Álcool e Drogas) e CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) infantil, conforme critérios definidos pela normativa do Ministério da Saúde, mediante articulação da Defensoria Pública junto a outros órgãos do segmento da Infância e Juventude, bem como propositura de eventuais medidas judiciais.	Presidente Prudente
Fortalecimento da rede de atendimento às crianças e adolescentes usuários de entorpecentes, tanto em atuação preventiva como de tratamento.	Guarulhos
Intervenção da Defensoria Pública junto aos Poderes Públicos Estadual e Municipal para criação de locais de tratamento especializado em drogadição para crianças e adolescentes, respeitando o tratamento adequado, a real necessidade de internação e a proximidade da família.	Bauru



PROPOSTAS	ORIGEM
Ações da Defensoria no sentido de melhorar a segurança pública municipal e capacitação de monitores a fim de propiciar a abertura das escolas municipais aos finais de semana, nos moldes da Escola da Família no âmbito estadual.	Ribeirão Preto
Promover a aproximação entre a Defensoria Pública, escolas estaduais/municipais e universidades através de parcerias, inclusive com o 3º setor e também com a atuação da Defensoria Pública nas comunidades vulneráveis.	Santos
Promover ações, em face do Poder Público, para definição do percentual específico no orçamento para Política Integral da Infância e Juventude.	Osasco
Maior participação da Defensoria Pública na construção do orçamento dos Municípios, visando a garantia da prioridade absoluta na formulação de políticas públicas para as crianças e adolescentes.	Mogi das Cruzes/Santos
Aumento do número de Defensores Públicos com atuação na área da Infância e Juventude.	Santos
Criação de um Defensoria Pública na área da Infância Cível, para atender toda a demanda de proteção aos direitos da criança e do adolescente no município, considerando a fragilidade atual da rede de proteção.	Jundiaí
A designação de mais Defensores Públicos na área da infância e juventude, especialmente nas comarcas onde há unidade de internação.	Mogi das Cruzes
Visando a estruturação e o fortalecimento dos centros comunitários, e das organizações civis presentes nos bairros, para que se tornem mais atuantes, tornando-se assim locais para lazer, esporte e cultura, onde possam acontecer também palestras dos Defensores Públicos, deverá a Defensoria Pública postular junto ao Poder Público a destinação de verba para essa efetivação.	Jundiaí
Promoção de cursos de capacitação para os atores do sistema de garantias dos direitos das crianças e adolescentes.	Mogi das Cruzes
Atuação da Defensoria Pública para articular a criação do Programa de Proteção à Criança e Adolescente Ameaçado de Morte (PPCAAM).	Campinas
Acionar o Estado para fornecer ou subsidiar meios de transporte aos familiares de adolescentes internados na Fundação CASA.	Vale do Ribeira
Ingresso de Ação Civil Pública para melhoramento da infra-estrutura (escolas, creches, postos de saúde, etc) em áreas de construção popular e de comprovada vulnerabilidade social.	Campinas
Educação em direitos e formação continuada de conselheiros tutelares nas cidades do interior.	São José do Rio Preto
A Defensoria Pública deve atuar para garantir o bom funcionamento dos Conselhos Tutelares, tanto no aspecto material quanto na capacitação.	Taubaté
Promoção de grupo de trabalho com o intuito de aperfeiçoamento e reforma da legislação municipal/regional acerca da atuação dos Conselhos Tutelares.	Araçatuba
Aproximação entre Defensoria Pública e Conselho para fortalecer os direitos das crianças e adolescentes evitando internações e abrigamentos desnecessários.	Bauru
Limitação em aproximadamente 20 alunos por professor para manutenção do Ensino Fundamental de qualidade.	Sul
Atuação junto às crianças e adolescentes sob medida socioeducativa com sofrimento mental, com criação de pólos especializados de tratamento psiquiátricos voltados a adolescentes que cometeram atos infracionais em virtude do sofrimento mental.	São José do Rio Preto
Que a Defensoria Pública preste assistência jurídica 'in loco' na Delegacia de Polícia ou na Delegacia da Infância e Juventude ao adolescente apreendido, mantendo contato com o mesmo já nesse primeiro momento.	São José dos Campos

PROPOSTAS	ORIGEM
Que a Defensoria Pública diligencie junto aos órgãos de segurança pública do Estado para que seja investigada e coibida a prática ilegal de destruição de documentos de presos e adolescentes apreendidos por parte dos policiais responsáveis pela prisão, pois há vários relatos desses casos, porém, de difícil comprovação.	São José dos Campos
Divulgação e conscientização da comunidade acerca da possibilidade de o adolescente trabalhar de forma regular e legal através do programa menor-aprendiz.	Araçatuba
Promover ações imediatas para o fechamento de celas para aprisionamento de adolescentes, com a criação de Triagem.	Osasco
Atuação da Defensoria Pública nos Municípios em que há centro de atendimento sócio educativo ao adolescente/Fundação Casa.	Marília
Que no critério de avaliação financeira para os fins de auferir a hipossuficiência do usuário da Defensoria Pública na área da Infância e Juventude seja observada a condição sócio-econômica da criança e do adolescente acolhido institucionalmente, sendo-lhe assim deferido o serviço da Defensoria Pública.	Marília
Que a Defensoria Pública zele pela observância das normas do Estatuto da Criança e Adolescente - ECA que garantem a separação dos adolescentes de acordo com a idade, por compleição física e vivência infracional, respeitando inclusive o número de vagas das unidades da Fundação Casa.	Marília
Medidas para aumento do número de creches, inclusive em atendimento com tempo integral, e de escolas.	Leste
Atuar pela construção de novas creches e ampliação do número de vagas nas já existentes.	Presidente Prudente
Fortalecimento do atendimento escolar, com incentivo à qualificação e contratação de profissionais: professores pedagogos, assistentes sociais e psicólogos nas escolas.	Leste
Atendimento com psicólogos, pedagogos e assistentes sociais por grupos de escolas de uma região, em sistema de rodízio, a fim de detectar e cuidar dos problemas do aluno e de sua família relacionados à questões educacionais.	Sul
Atuação junto ao Poder Público para expansão do serviço de perícia sexológica no Estado de São Paulo.	Guarulhos
Fortalecimento da rede hospitalar – abertura de Unidade Básica de Saúde e hospitais com atendimento especializado em violência sexual contra criança e adolescente e contratação de profissionais qualificados nesse tipo de atendimento.	Leste
A Defensoria Pública deverá lutar pela implantação da vara especializada da infância e juventude, nas comarcas em que não houver.	Araçatuba
Atuação junto ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo para expansão e especialização das Varas da Infância e Juventude, nas áreas Infracional e Cível.	Guarulhos
Atuação para criação de uma Delegacia Especializada na área da infância e juventude.	ABCD
Atuação junto ao Poder Público para criação de Delegacias Especializadas em atos infracionais e Delegacias Especializadas em violação aos direitos da criança e do adolescente.	Guarulhos
Promover audiências públicas para realizar diagnóstico da situação da infância e juventude nas regiões, inclusive para subsidiar a construção de planos decenais de proteção integral.	Vale do Ribeira
Que a Defensoria Pública promova a aproximação entre sociedade civil e órgãos públicos ajudando na identificação dos problemas locais e facilitando a elaboração de projetos específicos para aquela localidade na área da infância e juventude.	Bauru
Atuar para garantir o exercício pleno do direito de defesa das mães encarceradas que são rés em processo de destituição familiar, destacando-se comissão com membros do núcleo de situação carcerária e do núcleo de infância e juventude para articular tal atuação.	Central
Garantir a defesa das crianças e dos adolescentes acolhidos institucionalmente, especialmente no que tange o direito à convivência familiar e comunitária.	Osasco
Atuar garantindo o direito à convivência familiar de crianças e adolescentes em acolhimento institucional com familiares privados de liberdade.	Central



Política Institucional e Educação em Direitos

PROPOSTAS	ORIGEM
Pesquisa e mapeamento regionalizado das vulnerabilidades sociais pela Defensoria Pública, bem como a confecção pela Defensoria Pública de relatórios anuais que exponham o perfil do usuário, de acordo com sua renda, local de moradia e suas principais demandas, servindo o relatório como ferramenta de planejamento estratégico-institucional.	São Carlos
Ampliação das parcerias com as entidades privadas.	Presidente Prudente
A Defensoria Pública deverá promover a coleta seletiva e a racionalização de recursos, a fim de servir como exemplo na preservação do meio ambiente.	Presidente Prudente
Alteração do critério econômico de atendimento para que seja considerada somente a renda individual.	Sul
Criação de Conselho Consultivo na Subouvidoria de cada unidade, composto de membros da sociedade civil local.	Guarulhos
Criar Unidade da Defensoria Pública no litoral norte.	São José dos Campos
Divulgação da Defensoria Pública junto à população.	Araçatuba
Criar atendimento 0800 para prestar esclarecimentos e informações sobre a atuação da Defensoria Pública.	Santos
Composição de equipe mínima dos Centros de Atendimento Multidisciplinar: psicólogo e assistente social.	Araçatuba
Aumento no número de atendimentos diários e aumento no número de defensores.	Presidente Prudente
Aumentar os dias de atendimento do Centro Integrado de Cidadania - CIC e ampliar as matérias que podem ser atendidas.	Norte-Oeste
Presença de Defensores Públicos nos conselhos municipais e estaduais nas diversas áreas sociais.	Santos
Desenvolvimento de política institucional de capacitação inicial e contínua dos servidores e estagiários da Defensoria Pública, incluindo valores éticos e capacitação multidisciplinar, servindo de modelo para outros órgãos públicos e empresas privadas.	São Carlos
Capacitação e especialização da Defensoria Pública sobre o meio ambiente, com a participação de pessoas de comunidades tradicionais.	Vale do Ribeira
Criação de Comissão Permanente de acompanhamento às pessoas intitucionalizadas em Hospitais Psiquiátricos para realização de visitas periódicas em tais estabelecimentos, com vistas à defesa dos pacientes conforme a Lei 10.216/01, inclusive efetivando a identificação daqueles sem documentos e o registro tardio quando necessário.	Sorocaba
Criação de comissão sobre saúde mental com a participação de Defensores Públicos.	ABCD
Ações conjuntas com Câmara Técnica de Saúde Mental, Condepe e outros órgãos para fiscalizar e intermediar serviços de saúde mental.	ABCD

Política Institucional e Educação em Direitos

PROPOSTAS	ORIGEM
Atuação mais intensa na área habitacional (ex: moradias da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU às vezes estão em área irregular).	ABCD
Atuação pelos direitos da população de em situação de rua.	ABCD
Interlocução com os municípios para implementação de centros de atendimento à mulher vítima de violência (CCM).	Norte-Oeste
Reforçar a estrutura material e humana permanente do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos - NECDH, a fim de viabilizar o cumprimento das propostas aprovadas nas conferências.	São José dos Campos
Descentralização do Núcleo de Situação Carcerária, aumentando o contato com a sociedade civil.	Osasco
Fomentar a mediação/conciliação para além da área de família, ou seja, para a área cível em geral. Realização de um mutirão de conciliação.	Marília
Promoção de programas de educação inclusiva e educação em direitos, especialmente para crianças com autismo, idosos e pessoas com transtorno mental, por meio de palestras, eventos e todos os meios de informação.	Sorocaba
Realização de atividades de orientação direta às populações vulneráveis, sobretudo sobre seus direitos e maneira de exercê-los, mediante o deslocamento de defensores públicos até o local onde residem essas populações.	Ribeirão Preto
Promover ações em educação em direitos dirigidas às comunidades tradicionais.	Vale do Ribeira
Atuar efetivamente em educação em direitos junto à população, especialmente com os moradores de loteamentos irregulares.	São José do Rio Preto
Educação em direito de cuidadores de idosos.	Taubaté
Disponibilizar profissionais da Defensoria Pública para capacitar servidores públicos estaduais e municipais, que realizam atendimento direto às mulheres em situação de violência doméstica, com o objetivo de dar cumprimento ao art. 8º, I e VII, da Lei Maria da Penha.	Leste
Educação em direitos visando a esclarecer os direitos e deveres dos pais e dos filhos, em parceria com a rede de ensino.	Jundiaí
Promover a educação em direitos no âmbito dos ensinos fundamental e médio nas escolas públicas.	Araçatuba
Projetos de educação em direitos, nas escolas fundamentais, para que os cidadãos tenham conhecimento e informação sobre seus direitos e deveres constitucionais (direitos fundamentais).	Araçatuba
Continuação do projeto de educação em direitos nos bairros, ampliando também para as escolas.	Presidente Prudente
Promover programas contínuos de educação em direitos destinados à população prisional, em articulação com as entidades da sociedade civil e instituições educacionais.	Leste
Implantar cursos e outros instrumentos de educação em direitos que fomentem o acesso da população e entidades assistenciais aos recursos públicos. Fornecer meios para capacitação de pessoas e entidades a promover o acesso ao aparato público, bem como para atendimento de pessoas com dificuldades específicas.	Taubaté
Expansão do programa Defensores Populares para todas as Regionais.	Campinas e Sul
Ampliar a promoção de cursos de defensores populares, priorizando que sejam realizados em regiões mais vulneráveis.	Central
Descentralização e ampliação das palestras ministradas pelos defensores, inclusive defensores populares e entidades conveniadas.	Presidente Prudente
Realizar cursos de capacitação e formação de agentes multiplicadores dentro das Universidades, especialmente em cursos que poderiam ter atuação direta com a população de baixa renda, tais como Serviço Social e Direito.	Ribeirão Preto



Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher

PROPOSTAS	ORIGEM
Que a mulher vítima de violência doméstica, por se encontrar em situação de vulnerabilidade, sempre seja atendida pela Defensoria Pública, independente da renda.	Sul
A hipossuficiência da vítima de violência doméstica deve ser entendida como jurídica e não somente financeira. Essa proposta é respaldada no artigo 28 da Lei Federal n.º 11.340/2006, que prevê a atuação da Defensoria em todos os casos de violência doméstica.	Norte-Oeste
Atuação do Defensor Público na área de violência doméstica.	Sorocaba
Nomeação de um Defensor Público para acompanhamento da mulher vítima de violência na fase policial.	Mogi das Cruzes
Criação de cargos específicos, de Defensores e Agentes Multidisciplinares, na Defensoria Pública, para atendimento dos casos de violência doméstica em todas as suas demandas.	Mogi das Cruzes
Criar um Pólo em cada Fórum Regional para atendimento especializado às mulheres vítimas de violência doméstica, visando o suporte às Varas Criminais que atuem em casos desta natureza. Garantir a presença de equipe multidisciplinar - Defensores Públicos e Profissionais do Centro de Atendimento Multidisciplinar (CAM) que possa realizar acompanhamento qualificado à mulher em suas demandas sócio-jurídicas.	Central
Nos casos de violência doméstica, que a mulher possa ter contato com Defensor Público antes da audiência, e atendimento preferencial.	Sul
Requisitar a realização de parcerias ou convênios em comarcas onde não há Defensoria Pública para defesa dos direitos da mulher no âmbito extrajudicial.	Taubaté
Extensão do convênio entre Defensoria Pública e da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB para atendimento à mulher vítima de violência doméstica e familiar durante os plantões policiais, em atendimento aos artigos 27 e 28 da Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha).	Marília
Firmar convênio com as Prefeituras para plantão de atendimento às mulheres vítimas de violência.	Jundiaí
Criação de Centros de Referência da Mulher nos municípios do Estado.	Jundiaí
Celebração de Convênio entre a Defensoria Pública e os Centros de Referência da Mulher.	Sorocaba
Fomentar a criação do Centro de Referência da Mulher (CRM), com parceria da Defensoria Pública para assistência jurídica à mulher vítima de violência doméstica.	São José dos Campos
Designação de Defensor Público para garantia de assistência jurídica gratuita nos Centros de Referência de atenção à mulher em situação de violência e nos serviços de atendimento à mulher em situação de violência.	ABCD
Realização de Convênio da Defensoria Pública do Estado de São Paulo com as Prefeituras, para incluir plantão da Defensoria nos Centros de Referência da Mulher - CRM.	Araçatuba

Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher

PROPOSTAS	ORIGEM
Criação de plantões de violência doméstica nos centros de atendimento à mulher ou outros, após às 18h00, durante a semana, nos feriados e finais de semana.	Mogi das Cruzes
Formação de comissão permanente da Defensoria Pública de articulação entre Coordenadoria da Mulher, supervisão das Delegacias de Defesa da Mulher - DDMS, representantes das regionais de enfrentamento e prevenção da violência, de assistência social, saúde e educação, conselhos estaduais e municipais para garantir o estabelecimento de pactos que oficializem o fluxo de atendimento adequado à mulher.	Leste
Os Defensores atuantes nos casos de atendimento à mulher sejam escolhidos, preferencialmente, dentre os integrantes do Núcleo da Mulher e, após, dentre os Defensores atuantes na área de família e que haja capacitação do Defensores de forma mais eficiente.	Sul
Criação de um Observatório da Mulher na Defensoria Pública.	Sorocaba
Criação de Unidades da Defensoria Pública em municípios com alto índice de violência doméstica.	Mogi das Cruzes
Integração do Centro de Atendimento Multidisciplinar (CAM) da Defensoria Pública com os serviços de apoio e atendimento à mulher, com o intuito de evitar a judicialização dos conflitos familiares e buscar com as partes a efetiva solução.	Ribeirão Preto
Maior atuação da Defensoria Pública na defesa da mulher em situação de aprisionamento.	Taubaté
Maior descentralização do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher - NUDEM com a constituição de um Comitê de Integração com ações efetivas entre Defensoria e movimentos sociais, visando a discussão, defesa e garantia do direito da mulher e a realização de palestras e constituição de grupos de estudos voltados à discussão dos Direitos da Mulher.	Taubaté
Criação da presença física do Núcleo especializado de promoção e defesa dos direitos da mulher (NUDEM) também na grande São Paulo, interior e litoral.	ABCD
Atuação da Defensoria (Núcleo da Mulher) através de medida extrajudicial para que não conste no cadastro de creches e escolas o endereço da mulher vítima de violência doméstica.	Sul
Instituição de atendimento móvel visando aproximar a Defensoria das pessoas e promover a educação em direitos.	Sorocaba
Promover educação em Direitos na temática do gênero voltada para os grupos populares organizados e Instituições que lidam com a promoção e defesa dos direitos da mulher.	Araçatuba
Atuação da Defensoria Pública, por meio de intervenção multidisciplinar, em projetos de educação em direitos sexuais e reprodutivos, principalmente com mulheres jovens, em escolas, postos de saúde, centro de referência da mulher, entre outras instituições da sociedade civil.	São Carlos
Promoção de fóruns e conferências regionais relativos aos direitos das mulheres, visando à integração com as demais entidades e à realização de estudo, sistematização, divulgação e implementação do conjunto de diretrizes aprovadas nestes eventos.	Osasco
Promoção, pela Defensoria Pública, de cursos regionalizados de capacitação para o atendimento da mulher vítima de violência.	Santos
Criação de cursos de capacitação para atender a demanda da violência doméstica dentro dos sistemas Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, Organizações Não Governamentais-ONGs e Conselhos.	Mogi das Cruzes
Trabalhar com a prevenção da violência doméstica contra a mulher com os (as) adolescentes nas escolas por meio de uma cultura da paz.	Jundiaí
Diagnóstico Regional sobre a violência contra a mulher.	Presidente Prudente



PROPOSTAS	ORIGEM
Ampliar a divulgação das atividades que a Defensoria Pública realiza em relação aos direitos da mulher. Utilizar os meios de comunicação (rádio, televisão, jornais, revistas) para orientar a população rotineiramente sobre os principais direitos da mulher.	São Carlos
Formação de uma rede de interlocução entre a Defensoria Pública e as Delegacias da Mulher, visando a garantia da qualidade e atendimento integrado da mulher.	São Carlos
Atuar para ampliar o número de Delegacias da Mulher, com atendimento por meio de profissionais capacitados, e em horário ininterrupto.	Osasco/Norte-Oeste
Empreender esforços para o funcionamento ininterrupto, ou seja, todos os dias, durante 24 horas das Delegacias de Defesa da mulher.	Guarulhos
Que a Defensoria Pública pressione na abertura de maior número de delegacias de polícia especializadas, 24 horas por dia, 07 dias na semana.	Campinas
Presença da Defensoria Pública nas Delegacias da Mulher para acompanhamento e fiscalização dos casos de violência contra a mulher.	Leste
Plantão semanal da Defensoria Pública nas Delegacias Especializadas de Defesa da Mulher (DDMs).	Norte-Oeste
Cobrar o atendimento especializado e a aplicação das medidas previstas na Lei Maria da Penha nas Delegacia Defesa da Mulher (DDMs).	Taubaté
Fomentar a criação e implementação de Juizados de Violência Doméstica em todas as Comarcas do Estado.	Bauru/Santos/São José do Rio Preto/Osasco/Presidente Prudente
Atendimento especializado e de qualidade à saúde física e mental da mulher por parte da rede de saúde municipal, o que inclui a criação de centros culturais (arte-terapia), com intuito de complementar o tratamento da saúde da mulher.	Campinas
Criação de redes de prevenção e tratamento para mulheres com transtornos mentais e dependência química, contemplando: Centro de Atenção Psicossocial 3 (CAPS 3), centros de convivência e casas de tratamento.	São José do Rio Preto
Fomentar a criação de rede de atendimento à saúde da mulher, em especial política de humanização com a implementação de centros de parto normal e atendimento a saúde mental com a criação de Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) especializado em atendimento à mulher.	Leste
Garantir o acesso a informação dos diferentes tipos de parto (planos de parto) e garantir a aplicabilidade da lei do direito a um acompanhante.	Jundiaí
Criação de casas de passagem para mulheres em situação de violência.	ABCD
Fomentar a criação de 'casas de passagem' e abrigos para a mulher vítima de violência doméstica.	São José dos Campos
Fomentar a criação de abrigos para mulheres em situação de risco, em especial a criação de consórcios com as Prefeituras das Regionais e demais entidades.	Osasco
Empreender esforços para criação de Casa Abrigo para mulheres e transsexuais, vítimas de violência doméstica, que possuam atendimento multidisciplinar.	Guarulhos

Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher

PROPOSTAS	ORIGEM
Empreender esforços para a criação de Institutos Médico Legais (IMLs) sexológicos regionais, garantindo-se a opção pela vítima de ser atendida por profissional do mesmo sexo.	Guarulhos
Fomentar a criação de centros de educação e reabilitação para o agressor, inclusive por meio de formulação de propostas legislativas.	Guarulhos
Creche em período integral, geridas diretamente pelo Poder Público (sem terceirização), que funcionem durante o ano todo, inclusive durante as férias.	Campinas
Criação de centros de capacitação profissional da mulher em especial atendimento a mulher de idade avançada.	Leste
Criação de projetos de incentivo à capacitação profissional e inserção da mulher vítima de violência doméstica no mercado de trabalho.	São José do Rio Preto
Fomentar a capacitação de agentes públicos responsáveis pelo atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.	Marília
Que a Defensoria lute pela descriminalização do aborto, sendo que tal assunto deve ser tratado como problema de saúde pública.	Campinas



Situação Carcerária

PROPOSTAS	ORIGEM
Realização de mutirão para verificação de pessoas com transtorno mental em presídios, com vistas ao cumprimento da Lei 10.216/2001.	Sorocaba
Implementar a aplicação efetiva da Lei 10.216/2001 nos casos de cumprimento de medida de segurança.	Bauru
Atuação da Defensoria Pública em execução penal, diretamente, através de multirões, ou através de convênios, nas comarcas em que ainda não haja unidade da Defensoria Pública instalada, para reduzir o número de processos das varas e o número da população carcerária em estabelecimentos penais, reduzindo assim o gasto público desnecessário com a manutenção de presos que já deveriam estar em liberdade.	Ribeirão Preto
O aumento de defensores públicos atuando em execução penal, considerando-se a quantidade de unidades prisionais e pessoas presas, além da inclusão de agentes de Defensoria Pública e atendimento multidisciplinar.	Taubaté
A atuação da Defensoria Pública para aumento do atendimento multidisciplinar nos presídios, requerendo concursos da Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) e valorização dos profissionais.	Taubaté
A formação de uma comissão presidida pelo defensor público da Corregedoria dos Presídios, com a finalidade de acompanhar as visitas, fomentar mecanismos de denúncias, atribuir à sociedade organizada a faculdade de auxiliar a reintegração do preso e fiscalizar o cumprimento da Lei de Execução Penal. Interlocução da Defensoria Pública através da Corregedoria de Presídios com as atividades afins.	Taubaté
Aumento do número de defensores públicos e estagiários de direito no âmbito criminal e de execução penal.	Osasco
Lotar defensores públicos dentro das unidades prisionais.	Sul
Aperfeiçoamento da comunicação com o preso e de seu acesso à informação processual, mediante: 1. a efetivação das visitas periódicas a estabelecimentos prisionais; 2. a criação de setor dentro da Defensoria Pública responsável pelo recebimento de cartas enviadas pelos presos, fazendo a devida triagem e encaminhamento a quem de direito, com elaboração de sistema de controle de respostas dessas correspondências; 3. a atuação visando a implementação de terminais de auto-atendimento dentro das unidades prisionais; 4. educação em direitos, no que pertine à competência e atuação dos órgãos do sistema de justiça.	Central
Facilitar o acesso à Defensoria Pública pelos familiares dos presos, priorizando o contato telefônico e a utilização de correio eletrônico, sobretudo quando o familiar residir em local distante daquele em que a Defensoria Pública realiza o atendimento pessoal.	Central
Necessidade de visita constante dos defensores públicos em todas as unidades prisionais do Estado, de modo que todos os presos já condenados possam saber de sua situação processual e dos pedidos de benefícios em andamento.	Mogi das Cruzes
Pleitear a concessão de liberdade em todos os casos de prisão cautelar, independentemente da gravidade do delito e da análise de probabilidade de deferimento.	Central
Adequação das instalações dos estabelecimentos prisionais com as devidas adequações às pessoas com deficiência e às mulheres.	Vale do Ribeira
Fortalecimento do acesso à justiça e fomento à criação de Centros de Ressocialização destinados ao público feminino, contemplando inclusive atendimento específico às necessidades peculiares das mulheres.	Marília

PROPOSTAS	ORIGEM
Atuar para que o processo de separação da criança da mãe presa que esteja amamentando seja gradual, em observância ao que prevê a resolução nº 04/09 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária - CNPCP.	Central
Fomentar atuação proativa dos conselheiros da comunidade com vistas à sua finalidade.	Vale do Ribeira
Criação e implementação dos Conselhos da Comunidade.	Guarulhos
Gestão da Defensoria Pública para que as referências a processos criminais sejam excluídas imediatamente após o cumprimento da pena dos registros do Poupatempo e do Instituto de Identificação.	Ribeirão Preto
Construir e propor políticas públicas de atendimento ao egresso.	Santos
Elaboração de políticas institucionais de apoio ao egresso.	Campinas
Diligenciar junto aos órgãos competentes a criação de Casa de Apoio ao Egresso.	São José do Rio Preto
Criação de Núcleo Regional ou Centro de Referência, composto por defensores públicos e equipe multidisciplinar, destinado ao atendimento de egressos e familiares, em conjunto com a administração penitenciária do Estado.	Osasco
Aprimorar e/ou promover atendimento aos egressos e seus familiares em articulação política com outras entidades, tanto públicas quanto privadas, visando uma política de reintegração social.	Marília
Lutar contra a exigência de falta de antecedentes criminais para acesso ao trabalho e ao serviço público (editais de concursos públicos, inclusive da Defensoria Pública).	Leste
Imprimir esforços no sentido de aprimorar a política das centrais de penas alternativas e efetivação concreta do direito de progressão de regime de cumprimento de pena.	Marília
Força tarefa na área de execução penal para os casos dos presos que obtiveram progressão para regime semiaberto e aguardam vaga no regime fechado.	Norte-Oeste
Garantir tratamento adequado para usuários e dependentes de drogas no sistema prisional.	São Carlos
Pleitear junto à Secretária de Administração Penitenciária que a capacidade da unidade (lotação) seja respeitada.	ABCD
Pleitear junto ao Poder Judiciário que os presos saibam quem está atuando nas vistorias do Grupo de Intervenção Rápida (GIR) e que tais agentes sejam identificados.	ABCD
Obrigar o Estado a implementar mecanismos que não importem em constrangimento ou violação à garantia individual aos visitantes de estabelecimentos prisionais.	Vale do Ribeira
Que a Defensoria Pública proponha medida judicial ou administrativa para que seja subsidiado aos presos em saída temporária o transporte de ida e volta do estabelecimento prisional para o local em que permanecerem durante a saída.	São José dos Campos
Adoção de medidas fiscalizatórias junto às empresas fornecedoras de alimentação às pessoas presas, abrangendo desde a elaboração, acondicionamento, transporte e distribuição.	Vale do Ribeira
Fornecimento de alimentação aos presos na carceragem do Fórum.	Guarulhos
Diligenciar junto à sociedade civil a criação de postos de trabalho no Centro de Progressão Penitenciária de São José do Rio Preto.	São José do Rio Preto
Priorizar a garantia do direito à educação em todos os níveis, bem como o direito ao lazer e a atividades culturais.	Sul



Moções

A APROVAÇÃO DAS MOÇÕES ENCAMINHADAS PELAS PRÉ-CONFERÊNCIAS SERÁ FEITA PELO PLENÁRIO da Conferência Estadual em votação realizada por maioria simples. Entretanto, algumas moções referem-se a contextos específicos das Regionais em que foram aprovadas. Desse modo, as moções foram divididas em dois tipos: gerais e específicas. As moções gerais serão apresentadas para aprovação no Plenário da Conferência Estadual e as moções específicas foram observadas como interesse exclusivo da Pré-Conferência onde foi aprovada, razão pela qual se convertem como resultado da Pré-Conferência.

MOÇÕES GERAIS	ORIGEM
Criação de Lei Municipal de Incentivo Ambiental.	Taubaté
Maior divulgação pela Defensoria Pública de seus serviços junto à sociedade.	Taubaté
Repúdio à postura da Ordem dos Advogados do Brasil de São Paulo em criminalizar defensores públicos desfilados de seus quadros, ao exigir, inclusive as suas demissões, em clara ofensa à constituição e à lei, que garantem plena autonomia e independência à defensoria pública.	Taubaté
Solicitação de apoio à Defensoria Pública para a realização de conferências municipais de políticas para as mulheres, objetivando a construção de propostas de políticas públicas que contemplem o gênero e a eleição de delegadas municipais para a participação nas conferências estadual e nacional.	Taubaté
Cobrar a implementação da disciplina de direitos humanos nos cursos de direito.	São José dos Campos
Apoio da Defensoria Pública no trabalho político junto ao Legislativo para obtenção de isonomia dos direitos trabalhistas das empregadas domésticas.	Campinas
Divulgação e descentralização do momento aberto do Conselho Superior da Defensoria.	Sul
O próximo ciclo de conferências deverá abranger mais atividades de preparação, divulgação e articulação e se estruturar de forma mais descentralizada, abrangendo, por exemplo, outros territórios das Regionais (por exemplo: dividir a regional sul em outras regionais realizando mais conferências).	Sul
Que as Pré-conferências tenham tempo maior de duração. Sejam realizadas nos finais de semana, com aprofundamento do debate e prévia apresentação do relatório de monitoramento do ciclo anterior de conferências e maior participação da sociedade civil.	Guarulhos
Pela alteração da Deliberação que regulamenta as Pré-Conferências Regionais, no que toca à representatividade da sociedade civil que, nessa condição, integre conselhos públicos municipais e estaduais.	Araçatuba

MOÇÕES ESPECÍFICAS	ORIGEM
Unidade de Atendimento Inicial (UAI) na Região de Jundiaí - Considerando a condição precária de encarceramento das Cadeias Públicas da região, que o Estado providencie com urgência a destinação de verba para a criação de UAI - Unidade de Atendimento Inicial - na cidade Jundiaí, atendendo 12 municípios envolvidos, visando dar pleno cumprimento ao art. 185 do E.C.A.	Jundiaí
Encerramento do Projeto Segundo Tempo no município. A comunidade de Jundiaí está indignada com o encarceramento do Projeto Segundo Tempo, e pede a mobilização do Poder Público local para que garanta sua continuidade na cidade, como forma de permitir o direito de toda a criança ao esporte.	Jundiaí
Agradecimento pelos esforços empreendidos pela Defensoria Pública visando a destinação de Defensor Público com atuação exclusiva na temática infância e juventude em suas regionais, em especial em Taubaté	Taubaté
Repúdio contra o projeto de lei municipal de autoria do vereador Cristóvão Gonçalves que visa proibir a distribuição de qualquer material que faça referência à orientação sexual ou identidade de gênero, por ser este projeto inconstitucional, de caráter homofóbico e contrário a todas as ações educativas desenvolvidas pelo poder público e sociedade civil nas áreas da saúde, educação, cultura, segurança pública, justiça, direitos humanos, com a finalidade de combater a violência ou a discriminação homofóbica.	São José dos Campos



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Boa Vista, 200, Centro - São Paulo - SP - CEP 01014-000

www.defensoria.sp.gov.br